

11 JUNHO 1999

# Direção correta

pt-2

JOSÉ SARNEY

A última reunião, em Buenos Aires, no dia 7 deste mês, entre os presidentes Fernando Henrique e Menem colocou o dedo numa ferida não cicatrizada: o desvio que ocorreu no processo de integração do Cone Sul, responsável pelos problemas enfrentados pelo Mercosul e pelos temores sobre o seu futuro.

A nova visão de como deveriam ser as relações entre Brasil e Argentina foi consolidada na Ata de Iguazu, de novembro de 1985, firmada por mim e Alfonsín. Nosso objetivo era uma visão histórica sobre o nosso passado de divergências, receios e competições, para uma tarefa de "crescermos juntos". Criar um mercado comum, para a construção de um espaço econômico, numa "comunidade de nações", tendo como modelo o Mercado Comum Europeu. O Tratado de Cooperação e Desenvolvimento, assinado em 29 de novembro de 1988 por Brasil e Argentina, estabelecia "o prazo de dez anos para a remoção dos obstáculos tarifários e não-tarifários de bens e serviços" e "a harmonização das políticas macroeconômicas entre os dois países".

Com a posse de Menem e Collor, os dois presidentes resolveram dar prioridade à união aduaneira e uma zona de livre comércio, postergando o mercado comum. A partir desse momento, o Mercosul deixava o objetivo primeiro de criar um mercado comum para concentrar-se na criação de uma área de livre comércio. Começamos não só a abrir os nossos mercados aos países signatários do Tratado de Assunção, mas a seguir uma política que criou vulnerabilidades às nossas economias dependentes do mercado financeiro globalizado. Como área de livre comércio não tivemos defesa para a ameaça da Alca, que o Brasil aceitou na Cúpula de Miami de 1994. O saldo do Mercosul, com todas as modificações, é positivo, mas mudou sua filosofia.

É com grande louvação de brasileiro que vi na última reunião de Buenos Aires a afirmação de que devemos voltar ao projeto inicial, isto é, integração não somente econômica, mas política, cultural, física. Voltar a políticas macroeconômicas conjuntas com a busca de uma moeda única (o "gaúcho", previsto em 88), de um banco de compensações, de instituições bilaterais e da preparação de todos os países da América do Sul para esse ambicioso projeto, podemos dizer, bolivariano. Foi incentivador ouvir o presidente Fernando Henrique falar em "nosso Maastricht", quando o presidente Menem só falava em dolarização e "alcalização".

O Brasil fez grandes concessões para o ideal do mercado comum. Colocamos em nossa Constituição esse objetivo. Ajudamos os nossos vizinhos a superar suas crises e estamos vencendo as nossas.

O Prata e os grandes rios que ali deságuam foram a matriz de todas as nossas hipóteses de guerra no continente, porque quem os dominasse teria a hegemonia do centro geográfico da América do Sul.

A aliança Brasil-Argentina, Ata de Iguazu, foi um dos maiores passos históricos do continente, sepultando a questão do Prata, que quase nos leva à corrida nuclear. Nosso relacionamento passou a ser de cooperação e integração.

Se a América do Sul, a começar por Brasil e Argentina, não consolidar o seu mercado comum, criando seu próprio espaço, só restará a escravidão de ficar satelizada, o quintal, como se costuma chamar. Resistir a isso não é ser contra ninguém, é dever de Estado.

José Sarney escreve às sextas-feiras nesta coluna.

FOLHA DE SÃO PAULO

25 JUN 1999

JORNAL DE BRASÍLIA

11 JUN 1999